



Recomendações aos governos para evitar a interferência da indústria

O que é a interferência da indústria?

A interferência da indústria diz respeito às práticas das empresas que influenciam as políticas e diretrizes de saúde para seu próprio benefício, muitas vezes em detrimento da saúde pública.

A indústria utiliza uma série de ações e estratégias para exercer sua influência sobre os mais diversos setores da sociedade. Essas ações e estratégias são conhecidas como atividades políticas corporativas (CPAs).

As CPAs mais comumente identificadas são:

 <p>Intimidar e difamar quem critica</p>	 <p>Atacar e desacreditar a ciência legítima</p>	 <p>Moldar e remodelar a discussão e o debate</p>	 <p>Camuflar ações</p>
 <p>Influenciar o processo político</p>	 <p>Desenvolver alternativas corporativas às políticas</p>	 <p>Implementar parcerias e responsabilidade social corporativa</p>	 <p>Evitar e contornar regulamentos e políticas</p>





Por que é importante minimizar a interferência da indústria?

Quando os interesses corporativos se sobrepõem ao bem público, as consequências podem ser graves e afetar a saúde, o meio ambiente e a igualdade social. A influência exercida pela indústria nas decisões políticas resulta em medidas que priorizam o lucro em detrimento do bem-estar público, como evidenciado pelo lobby da indústria alimentícia, que promove produtos alimentícios ultraprocessados. Além disso, essa interferência compromete a transparência e a responsabilidade das instituições governamentais, distorce as prioridades e favorece os interesses de uma minoria em detrimento da maioria. Isso prejudica a confiança do público nas instituições e perpetua as desigualdades, especialmente em comunidades vulneráveis. Para proteger o bem comum, é necessário fortalecer a governança e controlar a influência da indústria, garantindo a transparência nos processos de tomada de decisão e incentivando a participação da sociedade civil e da comunidade acadêmica sem conflitos de interesse. Ao minimizar essa interferência, cria-se um ambiente político mais justo, em que as decisões são orientadas por evidências e pelas necessidades reais da população.



Em 2006, o México enfrentou um impressionante caso de portas giratórias com a eleição de Vicente Fox, ex-diretor da Coca-Cola, como presidente do país. Sua transição do setor privado para o cargo público levantou sérias preocupações sobre a influência corporativa na política. A vitória de Fox foi vista como um reflexo da crescente proximidade entre os interesses empresariais e as decisões governamentais, provocando um debate acalorado sobre ética e transparência nas esferas pública e privada. As repercussões foram significativas, com críticas de que essa interseção favoreceria políticas que priorizassem o lucro das empresas em detrimento do bem-estar social e da soberania do país. A situação intensificou a desconfiança do público em relação ao governo e às instituições políticas, destacando a necessidade de regulamentações mais rígidas para evitar que as empresas capturassem o Estado.



O termo “portas giratórias” refere-se ao fenômeno em que as pessoas transitam entre cargos em organizações públicas (como governos e agências reguladoras) e cargos em empresas privadas, especialmente aquelas que são regulamentadas ou influenciadas por políticas públicas.



Para ajudar os governos a evitar a interferência do setor na formulação de políticas de saúde e em outras áreas, é fundamental implementar uma série de recomendações baseadas em experiências bem-sucedidas, como as observadas no Chile, e iniciativas como as da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Essas recomendações visam estabelecer um governo mais transparente e responsável em termos de governança, garantindo que as políticas públicas sejam formuladas com foco na saúde e no bem-estar da população, de modo a minimizar a influência indevida da indústria.

Abordagens e ferramentas que podem ser adotadas:

• **Estabelecer códigos de conduta:**

Os códigos de conduta são essenciais para regular as interações entre governos e a indústria. O Chile, por exemplo, implementou códigos que definem claramente os limites da influência da indústria na política de saúde. Esses códigos devem ser adaptados às realidades locais e incluir diretrizes específicas sobre como os representantes do governo devem interagir com os representantes do setor.

• **Controle e supervisão:** É

essencial criar mecanismos robustos de controle social para monitorar a conformidade com esses códigos. Como exemplo, têm-se auditorias regulares das interações entre o governo e a indústria e mecanismos de denúncia que permitam à sociedade civil relatar casos de conflitos de interesse e transparência nas decisões do governo por meio da publicação de informações sobre reuniões com representantes da indústria.

• **Coordenação multi-**

institucional: a experiência do Brasil com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) demonstra que uma abordagem multi-institucional, envolvendo o governo, a comunidade acadêmica e a sociedade civil, pode ser eficaz. Essa coordenação possibilita o compartilhamento de experiências e o desenvolvimento de estratégias adaptadas às necessidades locais.

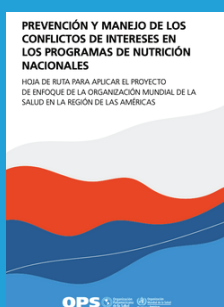


- **Redes de colaboração:** a formação de redes de colaboração entre os países da região pode facilitar o intercâmbio de boas práticas e experiências. Essas redes podem incluir workshops, seminários e plataformas on-line em que diferentes partes interessadas compartilham suas experiências sobre como combater a interferência da indústria. É o caso da Comunidade de Prática América Latina e Caribe Nutrição e Saúde (Colansa) e da Coalizão Caribe Saudável.

- **Educação e conscientização:** é fundamental promover a educação sobre conflitos de interesse e a importância de uma saúde pública livre de influências externas. Campanhas de conscientização voltadas para funcionários públicos, profissionais de saúde e o público em geral podem ajudar a aumentar a conscientização sobre os riscos associados à interferência da indústria.

Leia o Código de Ética para o Serviço Público do Chile:

www.bit.ly/4b9COU8



A Ferramenta da OPAS para a Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesse em Programas de Nutrição é um

roteiro implementado para ajudar os Estados a identificar, prevenir e gerenciar possíveis conflitos nas interações com agentes não

estatais. O objetivo do roteiro é adaptar a abordagem da OPAS para facilitar sua aplicação nos processos nacionais de tomada de decisão, incluindo uma ferramenta de classificação que aumenta a acessibilidade e a eficiência no uso de interações com atores não estatais.

Acesse a publicação aqui:

www.bit.ly/4k8WW1J

Fontes:

Lacy-Nichols J, Marten R, Crosbie E, Moodie R. The public health playbook: ideas for challenging the corporate playbook. *Lancet Glob Health*. 2022 Jul;10(7):e1067-e1072. doi: 10.1016/S2214-109X(22)00185-1. Epub 2022 May 24. PMID: 35623376; PMCID: PMC9197808. Organización Panamericana de la Salud. Prevención y manejo de los conflictos de intereses en los programas de nutrición nacionales. Hoja de ruta para aplicar el proyecto de enfoque de la Organización Mundial de la Salud en la Región de las Américas 2022.



colansa

www.colansa.org

 @ColansaLAC

 Colansa – Comunidad de Práctica Latinoamérica y Caribe Nutrición y Salud